

“REVOLUÇÃO BOLIVARIANA” NOS DISCURSOS DE HUGO CHÁVEZ

EDUARDO SCHEIDT*

Resumo: O presente artigo analisa as representações de “Revolução Bolivariana” nos discursos do recentemente falecido presidente da Venezuela Hugo Chávez. Os termos “revolução”, “processo revolucionário”, “Revolução Bolivariana” são recorrentes nos discursos de Chávez para caracterizar o conjunto de transformações políticas e sociais iniciadas a partir de sua ascensão ao poder. Os discursos sobre a “Revolução Bolivariana” têm propósitos políticos, objetivando mobilizar e persuadir um grande número de adeptos a aderirem ao projeto chavista, dando legitimidade ideológica ao processo.

Palavras-chave: “Revolução Bolivariana”; Discurso; Hugo Chávez.

***Abstract:** “Bolivarian Revolution” in the discourses the of Hugo Chávez. This article analyzes the representations of “Bolivarian Revolution” in the discourses of the recently deceased President of Venezuela Hugo Chávez. The terms “revolution”, “revolutionary process”, “Bolivarian Revolution” are recurrent in the discourses of Chávez to characterize the set of political and social transformations initiated since his rise to power. The discourses on “Bolivarian Revolution” have political purposes, aiming to mobilize and persuade a large number of supporters to join the chavista project, giving ideological legitimacy to the process.*

Key-words: “Bolivarian Revolution”; Discourse; Hugo Chávez.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: <escheidt@ig.com.br>.

Falar do recentemente falecido presidente venezuelano Hugo Chávez Frias é tratar de um tema polêmico. Para a maior parte da grande mídia, trata-se de um “ditador”, “populista”, “demagogo”, “retrógrado”. Seus admiradores e apoiadores caracterizam-no como “democrata”, “defensor dos mais pobres”, “líder popular” e mesmo “socialista”. No âmbito acadêmico, as análises da presidência de Chávez são ainda recentes, inconclusivas e também demarcadas por inúmeras controvérsias. Uma das questões que mais tem suscitado debates acalorados é a denominada “Revolução Bolivariana”, presente nos discursos de Chávez e seus apoiadores desde sua ascensão ao poder em 1999. Podemos caracterizar as transformações implementadas por seus sucessivos governos como um processo revolucionário? Que concepção de revolução o ex-presidente venezuelano difundia em seus discursos? Ao longo deste artigo, debruçamo-nos sobre estas problemáticas.

A chegada de Hugo Chávez ao poder deu-se em meio a significativas mudanças na América Latina nas últimas décadas. Durante os anos 90, a maior parte dos países do subcontinente seguiu as orientações neoliberais do chamado *Consenso de Washington*, aplicando-se privatizações de estatais, abertura das economias ao mercado global e redução de direitos trabalhistas históricos e políticas públicas governamentais. Este processo levou ao acirramento dos problemas sociais, aumento da miséria e das desigualdades sociais, acompanhada de uma aguda crise política e, em alguns países, institucional. A partir da virada do século,

entretanto, esse cenário vem se alterando profundamente. Em diversos países latino-americanos elegeram-se governos de orientação esquerdista ou centro-esquerdista, que detiveram (e em alguns casos reverteram) a agenda neoliberal, voltando a fortalecer o papel do Estado. Na Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, as mudanças de orientação dos governos foram mais significativas, com a aplicação de expressivas reformas políticas e sociais. Novas constituições foram redigidas, ampliando-se a participação popular enquanto vários programas sociais foram desenvolvidos.¹

O primeiro governo latino-americano a mudar significativamente de orientação política foi justamente o de Hugo Chávez na Venezuela, país em que a crise das décadas de 1980 e 1990 foi uma das mais profundas. Os governos de Chávez alteraram radicalmente as realidades econômica, social e política da Venezuela. Promulgou-se uma nova constituição, nacionalizou-se plenamente o setor do petróleo, canalizando os recursos prioritariamente para programas sociais, as denominadas *misiones*. No âmbito internacional, Chávez procurou estimular uma integração latino-americana sem a presença dos EUA. O governo Chávez suscitou forte oposição interna e externa. Internamente, sofreu ataques dos partidos tradicionais, dos grandes empresários, dos setores privados de comunicação e da Igreja. Do

¹ Sobre o contexto latino-americano das duas últimas décadas, consultar AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina: história e presente*. Campinas: Papirus, 2004. Ainda referente ao mesmo tema e mais especificamente sobre a chamada nova esquerda latino-americana, ver também RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (Orgs.). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Norma, 2005.

exterior, a oposição mais forte veio dos governos norte-americanos. A oposição a Chávez já promoveu boicotes, uma frustrada tentativa de golpe de Estado em 2002, seguida duma paralização que se prolongou até o início de 2003. Com a recente morte de Chávez e eleição de seu sucessor, grupos de oposição se recusaram a reconhecer a vitória de Nicolás Maduro e alguns tentam promover uma série de desestabilidades. Por outro lado, o chavismo enfrenta problemas como a persistência da corrupção, crescimento da inflação e falta de diálogos com a oposição.²

Conforme mencionado, nosso estudo analisa os discursos de Hugo Chávez. No que diz respeito a fundamentações teórico-metodológicas, nosso entendimento é que os discursos se inserem nas representações sociais, conforme conceito desenvolvido por Roger Chartier.³ Para este autor, as representações estão conectadas com interesses de grupos sociais:

² Para caracterizações dos governos de Hugo Chávez que procuram analisar de forma equilibrada seus aspectos positivos e deficiências, consultar LANDER, Edgardo. Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (Orgs.). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Norma, 2005, p. 97-146; LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Universidad Central de Venezuela, v. 14, n. 3, p. 55-82, 2008; ZELIK, Raúl. ¿“Socialismo del siglo XXI” o viejo centralismo estatal? Una lectura dididente de las transformaciones en Venezuela. In: *Fórum: Revista del Departamento de Ciencia Política*, Mendelín, Universidad Nacional, n. 1, p. 13-34, 2011 e MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.

³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

A história cultural, tal como entendemos, tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...]. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁴

Neste sentido, nosso entendimento é que ao difundir a dita “Revolução Bolivariana”, os discursos de Chávez aludem a representações, construídas em sintonia com seus projetos políticos e interesses de se consolidar e manter no poder. As representações, assim, entrelaçam-se com as lutas políticas. Elas têm um relevante papel nos atos de persuasão sobre o conjunto da sociedade, tendo como intuito conquistar um maior número de adeptos para determinadas concepções. Sobre esta questão, Chartier também afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.⁵

Compartilhamos com o autor da perspectiva de que as lutas de representações são tão importantes quanto às econômicas. É a partir das suas ideias e crenças que as pessoas são impelidas a participar de

⁴ CHARTIER, op. cit., 1990, p. 16-17.

⁵ CHARTIER, op. cit., 1990, p. 17.

processos de transformação social, ou em outros casos, a lutar contra sua execução. Desse modo, as representações agem sobre a realidade, modificando-a, transformando-a ou tentando conservá-la.⁶

Nossa pesquisa insere-se no campo da história do tempo presente, que vem ocupando cada vez mais espaço na produção historiográfica. Por ser um campo de pesquisa muito recente entre os historiadores, a história do tempo presente ainda foi muito pouco teorizada. Um dos principais pontos de questionamento é a direta relação do historiador com seu tema, que inevitavelmente é testemunho e pesquisador de seu objeto, o que implicaria num menor distanciamento ente o historiador e seu tema. Entretanto, as reflexões teóricas contemporâneas vêm demonstrando que um pleno distanciamento, ou seja, uma imparcialidade do historiador, não existe, mesmo tendo como objeto o passado distante. Por outro lado, atualmente são cada vez mais reconhecidas as pertinentes contribuições da história do tempo presente. Entre estas, destacamos as apontadas por Jean-Pierre Rioux:

Como não sentir além disso que uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito destas fontes originais, sonoras

⁶ Isto não significa afirmar, entretanto, que haja um determinismo simplista. Nosso entendimento é que há uma complexa interação entre as representações e os demais componentes da realidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que as primeiras agem sobre a segunda, elas são elaboradas em sintonia com elementos econômicos, sociais e políticos de uma determinada sociedade em uma conjuntura. Além disso, as representações são elaboradas por indivíduos ou grupos a partir do lugar que eles ocupam numa sociedade, conforme seus distintos interesses, sua classe social, as visões de mundo de sua época, entre outros aspectos.

e em imagens, que as mídias fabricam, a relativas o hino à novidade tão comumente entoado, a se desfazer desse imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico “protege” no congelador um alimento que não se consome?⁷

Os historiadores, pois, através de sua percepção de temporalidade, muito têm a contribuir para a melhor compreensão do tempo presente. Uma das melhores maneiras de análise da contemporaneidade é tendo-se em vista as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais das sociedades ao longo do tempo.

O artigo divide-se em três partes. Inicialmente, tecemos algumas considerações em torno dos diversos conceitos de “revolução”. Em seguida, abordamos alguns estudos acadêmicos que caracterizam o governo Chávez, especialmente em torno da problemática de se considerar ou não o processo chavista como revolucionário. Na terceira parte, finalmente, analisamos as representações de “Revolução Bolivariana” nos discursos de Chávez.

Considerações sobre o conceito de revolução

Antes de adentrar-nos na análise dos discursos de Chávez, consideramos importante tecer algumas considerações sobre os conceitos de revolução. Segundo Gianfranco Pasquino, o termo “revolução” surgiu na Europa à época da Renascença e significava o

⁷ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 46.

lento, regular e cíclico movimento das estrelas.⁸ A palavra passou a ser usada como termo essencialmente político a partir do século XVII em meio às revoluções inglesas. Naquele contexto, uma revolução significava um retorno a uma ordem preestabelecida, em que as pessoas gozariam de seus “direitos naturais”. A revolução, geralmente relacionada a uma guerra civil, seria um direito de rebelião das populações contra um governo tirânico que havia usurpado os direitos dos cidadãos. Ao invés de uma transformação política, econômica e social, uma revolução, pois, seria uma restauração de uma suposta situação passada que teria sido desvirtuada por governos tirânicos. Percebemos claramente esta concepção de revolução no ideário de John Locke a partir de sua análise das revoluções inglesas do século XVII. O autor exerceu influências notórias nos iluministas do século XVIII e liberais no XIX.

Mesmo no final do século XVIII, entre os revolucionários norte-americanos e franceses, a revolução estava associada mais a um retorno a um estado de coisas justo e ordenado do que a criação de algo novo. Mas é justamente ao longo da Revolução Francesa, que o conceito de revolução começou a ser reformulado, passando a aludir essencialmente à criação de uma nova ordem a partir da destruição da antiga. Assim, “[...] é a razão que se ergue contra a tradição ao legislar uma constituição que assegurasse não só a liberdade, mas trouxesse

⁸ PASQUINO, Guianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Guianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2010, v. 2, p. 1121-1131.

também a felicidade ao povo.”⁹ Ou seja, a partir da Revolução Francesa, o conceito de revolução passa a ser associado com ruptura e não regeneração do passado. Entretanto, as concepções anteriores continuaram circulando e/ou se mesclando com as novas no pensamento político durante o século XIX.

Ao longo dos séculos XIX e XX, consolidou-se o uso do termo revolução para caracterizar uma construção de uma nova ordem, consideravelmente distinta da anterior da qual estabelece uma ruptura. Autores como Karl Marx e Hanna Arendt associam essa ruptura da antiga ordem e construção de outra radicalmente nova com o uso da violência. Ainda segundo Pasquino, o conceito mais recorrente de revolução nas ciências sociais contemporâneas pode ser definido como:

A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência de derubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, afim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica. [...] A tomada do poder pelos revolucionários pode, de resto, acontecer mediante um golpe de Estado [...], mas a Revolução só se completa com a introdução de profundas mudanças nos sistemas político, social e econômico.¹⁰

Nas análises realizadas nos circuitos acadêmicos, pois, é predominante o uso do conceito de revolução para caracterizar processos históricos em que ocorrem notórias transformações nos sistemas políticos acompanhadas de mudanças nas ordens econômicas e sociais.

⁹ PASQUINO, op. cit., 2010, p. 1123.

¹⁰ PASQUINO, op. cit., 2010, p. 1121.

Não há, entretanto, consensos em torno desta questão. Na historiografia política latino-americana, por exemplo, os estudos recentes sobre os processos de independências, estão utilizando com frequência o termo revolução para designar a ruptura da ordem colonial e início da construção dos Estados nacionais. Para alguns historiadores é pertinente utilizar o conceito de revolução para caracterizar um processo de profunda ruptura e mudança num regime político, mesmo que não venha acompanhado de mudanças econômicas e sociais significativas.¹¹

Desde sua chegada ao poder, Hugo Chávez mencionava em seus discursos o advento de um processo revolucionário, batizado de “Revolução Bolivariana”. É pertinente essa designação? Passemos, a seguir, a analisar como os estudos acadêmicos do chavismo estão caracterizando esse processo.

Caracterizações sobre o governo Hugo Chávez e seu caráter revolucionário

Embora seja um tema recente e ainda pouco estudado, o governo de Hugo Chávez já suscita muitas controvérsias entre os pesquisadores, tornando uma caracterização precisa de seu governo algo difícil. Apesar do meio político e midiático, que tem se caracterizado por inúmeras polêmicas, entre os estudiosos acadêmicos também não há

¹¹ Sobre estudos que utilizam o conceito de revolução na análise dos processos de independências na América Latina, consultar a coletânea organizada por ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). *Inventando la nación: Iberoamérica. Siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

consensos e as análises sobre o presidente venezuelano e o processo por ele liderado igualmente são bastante díspares. Neste sentido, há concepções muito diferentes no que diz respeito à caracterização do processo chavista como um movimento revolucionário ou não.

Esta problemática é discutida no livro *A Revolução Venezuelana*, do historiador e jornalista brasileiro Gilberto Maringoni.¹² Apesar do título da obra, uma das argumentações principais do autor é que o processo chavista não se constitui em revolução.¹³ Maringoni justifica seu posicionamento porque, segundo sua ótica, não teriam ocorrido mudanças estruturais na sociedade, apesar do deslocamento das elites tradicionais do poder e as importantes reformas implementadas por Chávez. Embora tenha estatizado setores da economia, promovido diversos programas sociais e distribuição de riqueza, as classes dominantes tradicionais ainda detêm a maior parte de seus privilégios e o controle do processo produtivo, que continua sendo majoritariamente de capital privado. O autor, pois, partilha do conceito de revolução predominante nas ciências sociais que só admite o uso do termo para designar processos em que há profundas mudanças nos âmbitos políticos, econômicos e sociais. Maringoni conclui que:

¹² MARINGONI, op. cit., 2009.

¹³ Na verdade, o livro tem esse título porque integra uma coleção sobre revoluções do século XX, dirigida por Emilia Viotti da Costa.

Apesar dos passos dados, ainda não aconteceu uma *revolução* na Venezuela. Mas há alterações importantes. Na vida política, os avanços já foram descritos. No aspecto social, a elevação nos padrões de vida da população, bem como aumentos de salário e de geração de empregos são expressivos. Há um fortalecimento nítido do caráter público do Estado, em favor das minorias empobrecidas e, de seu poder de intervenção na economia.¹⁴

Mesmo que não considere o processo chavista como uma revolução, o autor afirma que importantes reformas vêm sendo protagonizadas pelo regime. Outro autor que se posiciona de maneira similar é o sociólogo venezuelano Edgardo Lander.¹⁵ O autor menciona que Chávez designava as transformações impulsionadas por seu governo como um processo revolucionário, ainda que radicalmente distinto das formas em que a esquerda latino-americana concebia a ideia de revolução.¹⁶ O sociólogo venezuelano, entretanto, prefere o conceito de populismo ao de revolução. Tomando como referência Ernesto Laclau e David Raby, Lander sustenta que:

Esta caracterización [populismo], como una interpelación democrático-popular, antioligárquica y anti-imperialista, en condiciones de crisis de hegemonia y con su estilo particular de “dirección y una dinámica de movilización popular con una particular fluidez organizativa”, es un buen punto de partida para analizar el proceso venezolano actual.¹⁷

¹⁴ MARINGONI, op. cit., 2009, p. 183.

¹⁵ LANDER, op. cit., 2005.

¹⁶ LANDER, op. cit., 2005, p. 109.

¹⁷ LANDER, op. cit., 2005, p. 115-116.

O autor caracteriza o regime chavista como um projeto de reconstrução nacional resgatando o elemento popular. Trata-se, conforme o autor, fundamentalmente da ampliação da democracia representativa em direção a uma democracia participativa, através de referendos, revogabilidade de mandatos em todos os níveis (inclusive do presidente), a organização de conselhos comunitários, como os “círculos bolivarianos” e os incentivos a cooperativas. Lander, por outro lado, aponta diversas deficiências do processo, em especial o excessivo papel de liderança de Hugo Chávez. Este excesso de personalismo é, na visão do autor, um possível obstáculo a uma plena democratização do processo político. Além disso, a política venezuelana tem se caracterizado por um continuado confronto entre governo e oposição, no qual o governo vem obtendo um apoio majoritário, mas sem conquistar hegemonia devido à falta de espaços de negociações e o persistente conflito com os setores de oposição. Lander ainda chama a atenção para outras deficiências do regime, como a dependência das rendas do petróleo para os programas sociais e o fato de o processo chavista ainda não se constituir como um modelo alternativo ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que há um crescente controle do Estado nos setores estratégicos da economia (estatizados e/ou reestatizados), a maior parte da produção industrial se mantém sob controle do capital privado.

A também socióloga venezuelana Margarita López Maya igualmente rejeita o conceito de revolução, utilizando o de “bolivarianismo”.¹⁸ A autora define o bolivarianismo como movimento, inserindo-o na “nova esquerda” latino-americana, surgida em meio à crise dos paradigmas. Segundo López Maya, apesar da forte liderança da figura de Chávez, o movimento caracteriza-se como uma aliança heterogênea entre militares e civis, grupos de orientação esquerdista tradicionais e novos. Sobre os dez anos de governo Chávez analisados no artigo, a socióloga venezuelana aponta para significativas reformas políticas, econômicas e sociais, que promoveram ampliação da participação popular no processo político, uma série de programas sociais voltados para os mais pobres, financiados pela nacionalização do petróleo, e uma clara e crescente diminuição das taxas de pobreza, do desemprego e melhorias nos índices de desenvolvimento humano. Ao contrário do que é sustentado pelos apoiadores do chavismo, a autora não considera o bolivarianismo uma ruptura tão radical com o período anterior:

Esto [a nova constituição de 1999] no es una ruptura con la Constitución de 1961. Al contrario, expresa una reafirmación de las orientaciones del anterior proyecto nacional desarrollista y democrático, ajustado a los nuevos tiempos de la globalización y en consonancia con la búsqueda de la profundización de la democracia demandada por diversos sectores y movimientos sociales.¹⁹

O conjunto de autores analisados até aqui representa, a nosso ver, uma vertente de estudos acadêmicos que procuram analisar os

¹⁸ LÓPEZ MAYA, op. cit., 2008.

¹⁹ LÓPEZ MAYA, op. cit., 2008, p. 77.

governos de Chávez de forma equilibrada, apontando suas conquistas e avanços sociais, mas também suas deficiências. Estes autores rejeitam ou não utilizam o conceito de revolução, caracterizando o chavismo de formas diversas, em geral considerando-o como um processo nacionalista e desenvolvimentista, calcado por significativas reformas sociais e políticas e buscas de ampliação da democracia representativa com diversos mecanismos de democracia participativa.

Podemos identificar um segundo grupo de estudos acadêmicos sobre o chavismo, que se colocam claramente na oposição ao processo. Estes também negam enfaticamente o uso do conceito de revolução para caracterizar o chavismo. Um exemplo deste grupo é o livro do cientista político venezuelano Enrique Neira Fernández.²⁰ Para o autor, o processo de implementação da chamada “V República” se constitui numa democracia “bizarra”, no sentido de que haveria uma mescla de elementos ambíguos e um tanto indefinidos. Segundo o autor, o chavismo se constituiria em

[...] una confusa mezcla de nacionalismo militarista, caudillismo político (con añoranza del ‘gendarme necesario’ de la mitología política venezolana), una especie de democratismo autocrático, una certa tendencia al socialismo e indigenismo y un evidente neo-populismo carismático, apoyado y alimentado por la realidad de un Estado rentista y superprotegido, como es el venezolano.²¹

²⁰ NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. *Venezuela: IVª y Vª Repúblicas (1958-2006)*. Mérida: Talleres Gráficos Universitarios/ULA, 2006.

²¹ NEIRA FERNÁNDEZ, op. cit., 2006, p. 161.

Neira Fernández faz uso de diversos termos, nem sempre fazendo explicações aprofundadas. Em sua ótica, Chávez conduziria o processo de forma autoritária, manipulando as massas, nessa mescla de elementos que em última instância seria um “democratismo autoritário”. O autor admite avanços no crescimento econômico e diversificação da produção, mas afirma que o processo chavista não representaria mudanças radicais, portanto não poderia se identificar como uma revolução.

O historiador e jornalista mexicano Enrique Krauze é outro autor antichavista, como percebemos em seu livro de publicação recente *O poder e o delírio*.²² Embora um acadêmico, o autor se coloca mais como jornalista do que historiador nessa obra. Não há notas de rodapé e suas fontes se restringem a entrevistas, cuja proposta apresentada na introdução era analisar entrevistas tanto de opositores ao chavismo como de representantes do regime. Entretanto, ao longo das 378 páginas do livro, apenas 41 são dedicadas aos apoiadores de Chaves e ainda assim sendo na maior parte das vezes criticados pelo autor.

O autor considera a opção venezuelana pelo chavismo como “suicídio da democracia” e, no que diz respeito ao discurso revolucionário de Chávez, a análise de Krauze vai ao sentido contrário:

Com efeito, acreditando-se um construtor do futuro, Chávez na realidade é um restaurador do passado, e não de qualquer passado, mas do passado da “real vontade”, do passado contra o qual lutou, numa guerra mortal sem equivalentes em toda a região, seu herói de cabeça Simon Bolívar: o passado monárquico espanhol.²³

²² KRAUSE, Enrique. *O poder e o delírio*. São Paulo: Benvirá, 2013.

²³ KRAUSE, op. cit., 2013, p. 329-330.

Ao contrário de uma revolução, o processo chavista seria uma “contrarrevolução”, uma “restauração” do passado colonial. Nesse ponto consideramos que o autor comete um anacronismo grosseiro, inadmissível para um historiador. Pode-se e devem-se fazer críticas a Chávez, mas não há nada mais distante do processo chavista do que uma suposta “restauração da monarquia espanhola”.

Os que utilizam o conceito de revolução para caracterizar o chavismo são autores de um terceiro grupo de estudos acadêmicos que se posicionam favoravelmente e dão sustentação ideológica ao regime. Destacamos, entre estes, a obra dos sociólogos norte-americanos James Petras e Henry Veltmeyer, para os quais a Venezuela estaria atravessando um processo revolucionário rumo ao socialismo.²⁴ Um dos indícios da suposta revolução em curso seriam os “conselhos comunais”, criados pelo chavismo desde 2006:

El surgimiento de los consejos comunitarios autónomos pro-Chávez, [...], es probablemente el movimiento contrahegemónico más efectivo. También es la célula de un nuevo Estado socialista descentralizado, popular y potencial, construido sobre la base del control obrero respecto del lugar del trabajo y del control comunitario sobre el desarrollo local.²⁵

Além de espaços de execução de políticas públicas diretamente controlados pela população, sob a ótica dos autores, a organização de conselhos comunais também seriam organismos de lutas sociais,

²⁴ PETRAS, James; VELTMAYER, Henry. *Espejismos de la izquierda en América Latina*. México: Lumen México, 2009. Nesta obra sobre a esquerda latino-americana, os autores dedicam um extenso capítulo à Venezuela de Hugo Chávez, entre as páginas 329 e 380.

²⁵ PETRAS; VELTMAYER, op. cit., 2009, p. 347.

constituindo-se numa espécie de embriões do poder popular em um futuro Estado socialista e descentralizado. Petras e Veltmeyer ainda destacam as nacionalizações e expropriações de terras promovidas por Chávez, a diversificação econômica tendo em vista a autossuficiência em alimentos, a diminuição do desemprego e o conjunto de programas sociais promovidas pelo governo, as denominadas *misiones*.

A tese de “transição ao socialismo” é também sustentada pelo cientista social e economista alemão Heinz Dieterich, em seu livro *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*.²⁶ Para o autor,

Hugo Chávez se catapultó a la vanguardia del debate mundial, al proclamar la necesidad de “seguir alejándonos del capitalismo” e “inventar el socialismo del siglo XXI”. Caso seguido, el Comandante reforzó su posición, enfatizando que el socialismo en Venezuela sería de carácter democrático y participativo, “en concordancia con las ideas originales de Carlos Marx y Frederico Engels”.²⁷

A obra de Dieterich não é exatamente uma análise do chavismo, e sim um estudo teórico do dito “socialismo do século XXI”.²⁸ Segundo o autor, Chávez estaria na dianteira deste processo, especialmente

²⁶ DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

²⁷ DIETERICH, op. cit., 2009, p. 15.

²⁸ O dito “socialismo do século XXI” ainda é algo bastante impreciso e ambíguo, mesmo em nível teórico. Impreciso porque justamente se propõe a ser “inventado” e ambíguo no sentido que admite a existência da propriedade privada na produção lado a lado com a propriedade pública e outras modalidades de “propriedade social”. Pode-se até questionar até que ponto pode ser considerado “socialismo”, já que não se prevê algum pleno rompimento com o sistema capitalista. Os principais aspectos do sistema seriam uma ampliação da democracia, através de diversos mecanismos de democracia direta e participativa, bem como uma distribuição social da riqueza pelo Estado, especialmente com programas sociais.

ao impulsionar a democracia direta, com vários mecanismos de participação popular. Este seria um dos principais aspectos do “socialismo do século XXI”. Entretanto, este sistema não teria uma “fórmula teórica prévia” e ainda estaria por ser construído, ou “inventado”, conforme as palavras de Dieterich e de Chávez em muitos de seus discursos.

Como pudemos perceber, tentar caracterizar o chavismo é algo polêmico também nos circuitos acadêmicos, em que há inúmeras controvérsias incluindo posicionamentos díspares. É notório que a maioria das análises rejeita ou não faz uso do conceito de revolução, ainda que muitos estudos apontem para significativas transformações, especialmente sociais e políticas. É preciso salientar que a maior parte dos autores descarta o uso do conceito de revolução pois partilham do sentido mais usual do termo, ou seja, de caracterizar como processo revolucionário somente quando há notórias transformações no processo político, nas estruturas sociais e na produção econômica. Nesse sentido, embora apontem para importantes programas sociais e ampliação de práticas democráticas, a maioria dos autores afirma que não há mudanças substanciais na produção econômica e nas estruturas sociais.

O uso do termo revolução limita-se a alguns autores claramente identificados ideologicamente com o processo chavista e suas obras se constituem, em grande medida, numa busca de legitimação dos discursos dos apoiadores do regime. Passemos, pois, a analisar os discursos de Chávez focando nas representações de “Revolução Bolivariana”.

Representações da “Revolução Bolivariana” nos discursos de Hugo Chávez

Embora tenha iniciado a difundir o termo “Revolução Bolivariana” a partir da posse de seu primeiro mandato presidencial em fevereiro de 1999, Hugo Chávez já era um partidário de propostas revolucionárias há longa data. Desde meados dos anos 70, Chávez participava de grupos clandestinos no interior das forças armadas, que eram contrários ao regime e se inspiravam especialmente em Simon Bolívar na conformação de um ideário nacionalista e popular. Estes grupos eram profundamente críticos do imperialismo norte-americano e afirmavam que a Venezuela era governada por uma oligarquia identificada com os interesses dos EUA, daí a necessidade de se realizarem transformações profundas no país.

Em 1982, Chávez participou da criação de um grupo político clandestino denominado *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), em homenagem ao bicentenário de Bolívar. Conforme consta no próprio nome do grupo, eles planejavam protagonizar uma “revolução”, utilizando-se de armas para derrubar os governantes venezuelanos.

Uma frustrada tentativa de se chegar ao poder pelas vias armadas deu-se em fevereiro de 1992, quando Chávez liderou um golpe de Estado que não se concretizou. Naquela conjuntura a Venezuela vivenciava uma aguda crise econômica, social e política, iniciada na década de 80 e que teve um de seus ápices na rebelião popular duramente reprimida que ficou conhecida como *Caracazo*, no

final de fevereiro de 1989. A tentativa de liderar um golpe de Estado tornou Hugo Chávez amplamente conhecido, passando a ganhar inclusive a simpatia de muitos setores sociais, especialmente os mais pobres. O regime democrático instituído em 1958 já estava bastante desgastado perante a maioria da população.²⁹ As crises econômicas e sociais, somadas ao descrédito dos partidos tradicionais e mesmo da política abriram um período de crise institucional, o que justifica o apoio de parcelas consideráveis da população à tentativa de golpe de Estado.

Após a derrota da tentativa de golpe, Chávez foi preso e condenado, mas anistiado dois anos depois. A partir de então, passou a dialogar com grupos civis, especialmente os partidos de esquerda, cogitando a hipótese de chegar ao poder pelas vias eleitorais. Deste diálogo, nasceu um novo partido político, o Movimento pela V República (MVR), pelo qual Chávez se candidatou e venceu as eleições presidenciais em dezembro de 1998.

O seu Programa de governo para o pleito eleitoral, publicado em abril de 1998, era intitulado “*una revolución democrática*”.³⁰ A partir de então, “revolução” passa a ter um novo significado no projeto chavista, referindo-se a um processo de transformações pacifistas,

²⁹ Trata-se de um pacto de governabilidade, conhecido como *Pacto de Punto Fijo* entre os dois principais partidos políticos do país: Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente (COPEI). Desde então e até o final da década de 1990, a Venezuela vivenciou um regime democrático liberal relativamente estável, com eleições periódicas e, na maior parte das vezes, com o revezamento no poder dos dois maiores partidos.

³⁰ CHÁVEZ, Hugo. *Programa de gobierno. Una revolución democrática*. 1998. Disponível em: <www.analitica.com/bitblio/hchavez>. Acesso em: 12 jun. 2013.

dentro das vias institucionais. O programa mencionava enfaticamente a necessidade de um processo de transição, “democrático” e “revolucionário”. Também já se reivindicava a convocação de uma assembléia constituinte, para se elaborar uma nova carta ao país e fundar uma “nova república”. Essa transição, que Chávez afirmava ser um processo revolucionário, objetivava superar o regime instaurado pelo Pacto de *Punto Fijo* e através de uma constituinte, estabelecer um amplo conjunto de reformas que significaria a construção de uma nova república, fundamentada na “democracia participativa”.

Na posse de seu primeiro mandato presidencial, em 02 de fevereiro de 1999, Chávez proferiu um discurso que foi uma síntese de propostas políticas.³¹ Ao longo do discurso, Chávez pregou a necessidade de promover profundas transformações políticas, econômicas e sociais, para as quais se necessitaria um processo “revolucionário”:

Esa resurrección a la que me refería, tiene una fuerte carga moral, social, es un pueblo que reuperó por su propia acción, por sus propios Dolores, por sus propios amores, recupero la consciencia de sí mismo y allí está clamando, en las afueras del Capitolio y por donde quiera que vayamos. Eso no tiene otro nombre que una REVOLUCIÓN. Terminando el siglo XX y comenzando el siglo XXI venezolano aquí se desató una verdadera revolución, señores y yo tengo la certeza de que nosotros le vamos a dar cauce pacífico, que nosotros le vamos a dar cauce democrático a esa revolución que anda desatada por todas partes.³²

³¹ CHÁVEZ, Hugo. *Discurso de toma de posesión*. 1999. Disponível em: <www.analitica.com/bitblbio/hchavez>. Acesso em: 12 jun. 2013.

³² CHÁVEZ, op. cit., 1999, s/p.

Chávez salientou, pois, a identificação de seu programa de transformações como uma “revolução” (fazendo questão de grifar a expressão), que seria “pacífica” e “democrática”. Abandona-se definitivamente o projeto de revolução armada, tentado através de um frustrado golpe de Estado nove anos antes. Ainda nesse discurso de posse, e dando continuidade ao que fora prometido durante a campanha eleitoral, Chávez falou claramente em romper a ordem constitucional vigente e convocar uma constituinte para legitimar a construção de uma nova ordem. O tom do discurso, aludindo aos que consideravam uma constituinte um “plano maléfico”, já é uma demonstração das inúmeras polêmicas que o processo constituinte iria enfrentar. Para tal, o chavismo buscou legitimar a convocação da constituinte no poder soberano do povo e não apenas o voto em Chávez na eleição presidencial, mas também na realização de referendos tanto para convocar a constituinte como para aprovar posteriormente o novo texto constitucional.

A constante mobilização popular, especialmente as camadas mais pobres, iria se tornar uma das principais marcas dos sucessivos governos de Chávez. Todas as mudanças buscam ser legitimadas através do apoio popular. Neste sentido, os discursos políticos visam justificar e legitimar esse apoio. A ideia de uma “revolução”, pois, tinha o propósito de incutir na população a perspectiva que se estaria rompendo radicalmente com o regime em crise aguda e se iniciando a construção de uma nova era, uma nova república com a esperança de mudanças expressivas.

A proposta “revolucionária” foi batizada de “Revolução Bolivariana” numa referência direta ao herói nacional mais cultuado no país, Simón Bolívar. O Libertador é uma das figuras mais recorrentes nos discursos de Chávez, conforme percebemos em outro trecho de seu discurso de posse:

Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando convoca a la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta». Por mil pueblos, por mil caminos, durante miles de días recorriendo el país durante estos últimos casi cinco años, yo repetí delante de muchísimos venezolanos esta frase pronunciada por nuestro Padre infinito, El Libertador. También delante de otro Congreso, el Congreso de la República Grande, el Congreso de Angostura de 1819, el Congreso de donde nació la Tercera Gran República, la del poder moral, la de la Gran Colombia, de la de unidad latinoamericana, caribena, repetí yo mucho esa frase y en los últimos meses de la insólita campaña electora de 1998, porque fue insólita de verdad, dije inspirado por la certeza aquella de Walt Whitman cuando decía: «seguro como la más segura de las certidumbres». ³³

Chávez, desta forma, buscava em Bolívar a legitimação de seu projeto político. Em grande medida, o presidente venezuelano propunha uma espécie de retomada do projeto nacional dos “fundadores da pátria”, sendo Bolívar o personagem central. A dita “Revolução Bolivariana”, neste sentido, seria uma “nova independência”. Uma das primeiras medidas do governo chavista foi a mudança do nome do país para “República Bolivariana da Venezuela”, acrescentando-se a referência ao herói nacional. Especialmente a partir da

³³ CHÁVEZ, op. cit., 1999, s/p.

promulgação da nova constituição no final de 1999, também passou a ser bastante utilizada a expressão “V República” para demarcar a ruptura com o regime anterior e o advento de uma “nova era”.

Outro texto que analisamos é o programa de governo de Hugo Chávez, apresentado no Hotel Caracas Hilton em 22 de maio de 2000.³⁴ Trata-se de propostas da nova candidatura de Chávez à presidência em eleições gerais convocadas a partir da aprovação da nova constituição. As eleições foram realizadas em 30 de julho do mesmo ano, sendo Chávez reeleito com ampla maioria de votos. O documento consiste num detalhamento das propostas políticas, sociais, econômicas e culturais do governo Chávez para o primeiro mandato presidencial com a nova constituição: 2000-2006.

O programa de governo foi organizado em cinco seções. A primeira é o plano político, com o objetivo de constituir a “democracia bolivariana”. A segunda seção é referente ao plano econômico, objetivado uma economia produtiva. Em seguida vem o plano social, com o intuito de estabelecer a justiça social. As duas últimas seções são dedicadas aos planos territorial e internacional, objetivando consolidar o território, fortalecer a soberania e promover as relações multipolares.

Sobre a questão da “revolução”, o texto menciona que:

En el plano político, nuestra propuesta fundamental es hacer una revolución democrática, en forma pacífica y por medios democráticos. Por ello, los importantes avances logrados con una nueva Constitución que define

³⁴ CHÁVEZ, Hugo. *Programa de gobierno*. 2000. Disponível em: <www.analitica.com/bitbiblio/hchavez>. Acesso em: 15 jun. 2013.

el marco general de las relaciones del Estado con los ciudadanos, deben profundizarse: Se requiere institucionalizar la V República; se requiere cristalizar el Estado democrático, social, de derecho y de justicia.³⁵

No projeto chavista, consolida-se a representação de “revolução” como um processo de transformações pelas vias democráticas. O processo “revolucionário” seria a consolidação de uma democracia participativa, almejado pela nova constituição. Essa ampliação da democracia é aprofundada num outro trecho do programa de governo:

[...] las organizaciones del Estado deben estar orientadas al logro de tales finalidades, por lo que establece que la Administración Pública está al servicio de los ciudadanos y se fundamenta en los principios de honestidad, participación, celeridad, eficacia, transparencia, rendición de cuentas y responsabilidad en el ejercicio de la función pública, con sometimiento pleno a la Ley y el Derecho. (Artículos 141 y 143).³⁶

Ao invés da consagrada definição liberal do “Estado democrático de direito”, o documento constitucional da Venezuela alude a “Estado democrático e social de direito e justiça”. A variação na nomenclatura não é meramente semântica. Ao acrescentar a expressão social ao democrático e a de justiça ao direito, fica demonstrada a preocupação de não somente assegurar as liberdades e os direitos dos cidadãos, mas também uma concepção de que o Estado deve promover justiça social, assegurando a inclusão dos mais pobres e a realização de reformas sociais.

³⁵ CHÁVEZ, op. cit., 2000, s/p.

³⁶ CHÁVEZ, op. cit., 2000, s/p.

Durante os primeiros anos do governo de Chávez, pois, a concepção de processo “revolucionário” se fundamentava prioritariamente na democracia e soberania popular, que seriam asseguradas com amplos direitos de participação dos cidadãos. Os diversos mecanismos de participação popular, tais como plebiscitos, referendos, conselhos populares, revogabilidade de mandatos, etc. caracterizam-se como inovações das propostas chavistas. Essa representação de “revolução” não se refere nem a uma luta armada e nem mesmo a derrubada de alguma ordem. O que se objetivava, ao contrário, seria a consolidação das mudanças impulsionadas pelo governo chavista. Em nível das representações sociais, a dita “revolução” visava legitimar esse conjunto de mudanças buscando persuadir a população de que se estava rompendo com a ordem anterior e se construindo algo radicalmente novo.

O discurso seguinte é a mensagem anual de Chávez à Assembleia Nacional em 17 de janeiro de 2003.³⁷ Este discurso foi proferido em um momento politicamente bastante tenso, em meio a um boicote promovido por grupos de oposição, já em fase de recuo e nove meses após a fracassada tentativa de golpe de Estado de abril de 2002, quando se tentou retirar Chávez do poder. A sociedade venezuelana, naquele contexto, estava claramente dividida entre apoiadores e opositores do chavismo. O primeiro grupo era composto basicamente por

³⁷ CHÁVEZ, Hugo. Presentación del Mensaje Anual del Presidente a la Asamblea Nacional. In: *El golpe fascista contra Venezuela*. Havana: Plaza, 2003, p. 161-200.

setores populares de baixa renda e várias agremiações esquerdistas. Entre os opositores destacavam-se as elites deslocadas do poder, a Igreja Católica, partidos tradicionais e setores de classes médias.

Chávez, ao longo do discurso, defende a legalidade constitucional e retrata os opositores como golpistas. A legalidade constitucional é associada com a defesa da nação e do “processo revolucionário”:

Acudo hoy, pues, una vez más, en cumplimiento del mandato constitucional, a rendir este mensaje no solo a la Asamblea Nacional, sino a toda la nación, acerca del desenvolvimiento general, en lo político, en lo económico, en lo social, de la república, de la nación entera, durante ese año tan difícil, durante ese año 2002, que quedará grabado, como mucho otros años, en la historia republicana. [...] En el 2001 dijimos “El año 2002 será un año de profundación y consolidación de la Revolución Bolivariana”, y sin duda que lo ha sido.³⁸

O presidente se colocava em defesa da “Revolução Bolivariana” e da constitucionalidade, acusando seus opositores de golpismo, vínculos com as elites tradicionais e o imperialismo norte-americano. Em nível de seu discurso, desta forma, a cisão na sociedade venezuelana tenta ser mostrada como um conflito entre os defensores do processo revolucionário democrático e da ordem constitucional de um lado e os “golpistas” de outro. A vitória contra a tentativa de golpe e o fortalecimento do chavismo são associados à consolidação da “Revolução Bolivariana”. Consolida-se, desta forma, a representação de “revolução” como um discurso que visa legitimar uma nova ordem vigente, que se afirma como transformadora, e não uma ruptura com o então regime.

³⁸ CHÁVEZ, op. cit., 2003, p. 162.

O discurso chavista está bastante radicalizado, fruto da conjuntura tensa de então. Além de excluir os setores elitistas, estes são acusados de golpismo, “fascismo” e “terrorismo”. Este radicalismo, que separa a população venezuelana entre “bons” e “maus” contrasta com alguns aspectos dos discursos analisados anteriormente, em que se frisava a defesa da democracia e o direito de participação de todos os cidadãos. Além disso, o discurso chavista se direciona cada vez mais claramente a setores específicos: camponeses, trabalhadores, operários, indígenas e jovens, enquanto exclui os considerados grupos elitistas.

O tom mais radicalizado do discurso também se percebe com o uso mais recorrente dos termos “revolução” e “revolucionário”, vinculados a transformações promovidas pelos setores populares, transcendendo inclusive o âmbito da Venezuela:

Cada día los pueblos de la América Latina o caribenha se irán convenciendo más, no hay otro camino que la Revolución, para nosotros no hay otro camino que la Revolución; una revolución apropiada a nuestras condiciones. No se trata de estar importando modelo, no, eso ya pasó, debemos dejarlo atrás; se trata de rescatar las raíces originarias del proyecto inicial de estas tierras e de estos pueblos, que recorrió estos continentes, o estos países, hace 200 años. Ahí están nuestras raíces.³⁹

Além de afirmar que a “revolução” se consolidava na Venezuela com a vitória contra os golpistas, Chávez propõe a via revolucionária para toda América Latina. Ao mesmo tempo, fazem-se críticas às revoluções latino-americanas de décadas anteriores, que tentariam seguir modelos exteriores sem levar em conta as especificidades do

³⁹ CHÁVEZ, op. cit., 2003, p. 173.

subcontinente. É proposta, então, uma revolução calcada nas realidades latino-americanas, cujo modelo seria inspirado nos projetos originários do período das independências. Chávez insistia em seu discurso que a revolução seria o “único caminho”, mas voltou a afirmar que o processo “revolucionário” era “pacífico” e “democrático”.

Num outro discurso, intitulado *Celebración del VII Aniversario del Gobierno Revolucionario Bolivariano*, Chávez dava continuidade a sua concepção de movimiento revolucionário bolivariano, que pôs fim ao sistema anterior, dando início à construção de uma nova república.⁴⁰ Mencionou o primeiro documento que analisamos (o discurso da tomada de posse em 1999) para buscar demonstrar as transformações dos últimos sete anos. Retomando o juramento pronunciado durante a posse:

[...] y más que moribunda Constitución de la República moribunda, era el Pacto moribundo de Punto Fijo, nos comprometíamos a enterrarlo, siete años después yo lo digo sin que me quede nada por dentro: hemos enterrado la IV República!, hemos enterrado el Pacto de Punto Fijo...! Siete años, siete años a los que pudiéramo, en su esfuerzo, en su avance, en sus realizaciones, en sus múltiples errores, en sus debilidades, en sus fortalezas, en los acontecimientos que han transcurrido, pudiéramos globalizar todo eso; es una primera etapa en la cual hemos enterrado lo que teníamos que enterrar, y hemos echado las bases de lo nuevo que estamos comenzando a construir en estos siete años, las bases de lo nuevo, en lo político, en lo ideológico, en lo social, en lo económico, en lo militar, en lo moral [...].⁴¹

⁴⁰ CHÁVEZ, Hugo. *Celebración del VII Aniversario del Gobierno Revolucionario Bolivariano*. In: *La unidad latinoamericana*. Bogotá: Océán Sur, 2006, p. 307-344.

⁴¹ CHÁVEZ, op. cit., 2006, p. 311.

O discurso chavista procurava perpassar a ideia de que o passado já foi enterrado, mas o novo recém começa a ser construído. A “revolução” segue como uma afirmação da “destruição” do passado e edificação de uma nova era, mas nesse discurso a construção dessa “nova república” é salientada como um processo, em constante reformulação e continuidade. Reforça-se a concepção da “Revolução Bolivariana” como genuinamente nacional e latino-americana, sem modelos a ser seguido.

Outro aspecto relacionado com as representações de “revolução”, é que o discurso reafirma seu caráter pacífico, calcado na “democracia participativa”. No entanto, a questão da soberania popular passa a ser mais enfatizada. Esta soberania dar-se-ia através dos “autogovernos regionais” e da democracia participativa:

Quiero que nos dediquemos de manera intensa a la creación de la estructura, a la consolidación de la estructura o de un sistema de lo que bien podemos llamar autogobiernos locales, y esto es parte esencial de la democracia nueva, la democracia participativa, la Revolución, la democracia revolucionaria [...].⁴² Eso es poder popular, eso es poder popular: organización, conocimiento, capacidad del pueblo, es decir, la palabra lo dice todo: poder, puedo levantar este vaso o no puedo levantarlo, eh! Puedo hablar o no puedo hablar, puedo o no puedo hacerlo; es poder para el pueblo.⁴³

Nesse discurso, Chávez insistia muito na necessidade de se impulsionar os *Consejos Comunales*. Aludia à necessidade nacional de se “aprender” o autogoverno, convocando a população a participar,

⁴² CHÁVEZ, op. cit., 2006, p. 325.

⁴³ CHÁVEZ, op. cit., 2006, p. 328.

a comparecer nas assembleias, a conviver com distintas visões e opiniões. Em sua concepção de “processo revolucionário”, a questão do poder direto exercido pelo povo é bastante enfatizada nesse discurso, daí a expressão “democracia revolucionária”.

Da clássica concepção democrático-liberal da democracia representativa, em que o único poder soberano da população é no momento da eleição de seus representantes, o discurso chavista consolida o entendimento de que o poder soberano passa pelo exercício direto do poder, através da democracia participativa. E a partir de 2006 são os “conselhos comunais” as principais instâncias em que esse poder soberano da população se exerceria.⁴⁴

Outro termo que passou a ser recorrente a partir deste contexto foi o “socialismo do século XXI”, que estaria sendo construído na Venezuela como um desdobramento da “Revolução Bolivariana”.⁴⁵ Estas relações entre socialismo e revolução

⁴⁴ A questão dos “conselhos comunais” é mais uma controvérsia do processo chavista. Para alguns, trata-se de avanços para uma efetiva forma de exercício do poder soberano pela população, já outros alegam que Chávez faz uso de tais instituições para “manipular” a população e justificar sua crescente centralização de poder. Para uma análise mais equilibrada dos conselhos comunais, consultar LÓPEZ MAYA, op. cit., 2008; LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. In: *OSAL*, Buenos Aires: CLACSO, ano VII, n. 22, p. 65-86, 2007; e ZELIK, op. cit., 2011. Os autores reconhecem nos conselhos comunais um processo de participação cidadã, especialmente dos setores mais pobres da população, que eram tradicionalmente excluídos, mas ao mesmo apontam para o problema da burocratização de tais instâncias, em que há de fato intenções de controle por parte dos chavistas. Lander justifica essa problemática pela conjuntura tensa, de permanentes lutas políticas entre apoiadores e opositores do chavismo.

⁴⁵ A respeito de nosso entendimento sobre o dito “socialismo do século XXI”, rever a nota de rodapé 28 deste artigo.

foram salientadas no programa de governo de Chávez para sua última eleição⁴⁶, em outubro de 2010, conforme trecho abaixo:

Éste es un programa de transición al socialismo y de radicalización de la democracia participativa y protagónica. [...]. Es claro que Nuestra América vive un cambio de época que arrancó, y es justicia reconocerlo, con la llegada al poder de la Revolución Bolivariana: un cambio de época que se caracteriza por un cambio real y verdadero de las relaciones de poder a favor de las grandes mayorías.⁴⁷ Contempla la necesidad de garantizar la continuidad del proceso revolucionario, lo que implica lograr la más contundente victoria popular en las elecciones presidenciales del 7 de octubre del 2012.⁴⁸

Ao longo de seu último mandato como presidente e no programa de sua última eleição, o dito “processo revolucionário” era associado ao chamado “socialismo do século XXI” ou “socialismo bolivariano do século XXI”. Percebemos, nesse outro contexto, uma importante transformação nas representações do termo. A “revolução” adquire mais nitidamente um significado de um processo de transformação em curso, de uma transição a uma nova sociedade, ao socialismo. O propósito do discurso sofre alterações. Já não é tanto para consolidar uma nova ordem associada à chamada “V República” e mais para incutir nas massas populares a perspectiva de um processo contínuo, da intensificação das mudanças rumo ao dito “socialismo do século XXI”.

⁴⁶ CHAVEZ, Hugo. Propuesta del candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista, 2013-2019. 2012. Disponível em: <<http://blog.chavez.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/#.UlwID1Pvco4>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

⁴⁷ CHAVEZ, op. cit., 2012, p. 2.

⁴⁸ CHAVEZ, op. cit., 2012, p. 4.

O termo “Revolução Bolivariana” continuou sendo recorrente nos discursos de Chávez até o final de sua vida. As representações do que seria tal processo é que se alteraram, passando a adquirir uma perspectiva de transformações contínuas rumo ao socialismo ao longo de seu último mandato presidencial, conforme percebemos num outro trecho do programa de governo para a eleição de 2012:

En el año 2004, la Revolución Bolivariana proclamó su carácter anti-imperialista y en el 2006 se definió como socialista. La prédica de la Revolución ha sido continua: no queremos permanecer en el ámbito del capitalismo, es indispensable que en Venezuela encarne el socialismo como el ancho y abierto camino hacia la suprema felicidad social.⁴⁹

Chávez se referia às diversas etapas do “processo revolucionário”, afirmando que se consolidaria uma transição ao socialismo. O discurso chavista, pois, continuava com seu caráter mobilizador e persuasivo, visando aglutinar um expressivo número de seguidores convencidos de que estariam sendo protagonistas de um contínuo processo de transformações rumo a uma sociedade socialista.

Considerações finais

Conforme analisamos neste artigo, Chávez caracterizava em seus discursos o conjunto de mudanças implementadas por seus sucessivos governos como uma “revolução”. Termos como “Revolução Bolivariana”, “processo revolucionário”, “democracia revolucionária” eram recorrentes nos seus discursos. Nos primeiros

⁴⁹ CHAVEZ, op. cit., 2012, p. 6.

anos de seu governo, as representações de “revolução” apontavam fundamentalmente um processo de profundas mudanças pelas vias pacíficas e democráticas, objetivando consolidar e legitimar a nova ordem institucional que seu governo procurava instituir. Em seu último mandato presidencial, as representações de “revolução” adquiriram mais nitidamente uma conotação de processo, uma transformação contínua em transição à sociedade socialista.

Essas concepções de revolução são discursivas, constituindo-se em representações que são construídas fundamentalmente com o objetivo de arraigar adeptos ao projeto chavista e legitimá-lo ideologicamente. Tal como aponta Chartier, poderemos perceber lutas de representações nos processos políticos e sociais. Na Venezuela contemporânea vem ocorrendo sistemáticos confrontos entre os apoiadores do chavismo e os grupos opositores. Chávez e seus seguidores, pois, buscavam legitimar seu projeto político com um discurso que afirmava sistematicamente que o país estaria protagonizando uma transformação revolucionária.

Entretanto, a maioria dos estudos acadêmicos sobre o chavismo não caracteriza o processo como revolucionário. Muitos reconhecem importantes mudanças, tais como as nacionalizações, os programas sociais, as ampliações dos direitos de cidadania, a sensível melhoria das condições de vida das populações mais pobres e diminuições das desigualdades sociais, entre outros aspectos. Entretanto, a Venezuela continua inserida no capitalismo e apesar do

crescente papel do Estado, a maior parte da produção econômica continua nas mãos de grandes grupos privados. Neste sentido, utilizando-se o sentido acadêmico mais recorrente do termo revolução para caracterização de significativas transformações nos âmbitos político, econômico e social, o processo chavista não pode ser considerado revolucionário e menos ainda socialista.

Ainda que se constitua fundamentalmente numa legitimação ideológica das transformações impulsionadas por seus sucessivos governos, os discursos de Chávez tinham também propósitos mobilizadores. Seus objetivos não eram meramente de convencer as massas populares a o apoiarem, mas igualmente de mobilizá-las, de fazê-las participar ativamente do processo através de passeatas, eleições, organizações dos “conselhos comunais”, participações nas *misiones*, entre outras formas. E de fato setores expressivos da sociedade venezuelana, especialmente as camadas mais pobres até então excluídas, têm sido agentes protagonistas do processo político em curso no país. Desta forma, há perceptíveis transformações nas práticas políticas nos últimos anos no que diz respeito à participação de contingentes expressivos da população. Especificamente neste aspecto, podemos nos arriscar a afirmar que está ocorrendo uma revolução.

Referências

Bibliografia

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina: história e presente*. Campinas: Papirus, 2004.
- ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). *Inventando la nación*: Iberoamérica. Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.
- KRAUSE, Enrique. *O poder e o delírio*. São Paulo: Benvirá, 2013.
- LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. In: *OSAL*, Buenos Aires: CLACSO, ano VII, n. 22, p. 65-86, 2007.
- _____. Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (Orgs.). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Norma, 2005.
- LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Universidad Central de Venezuela, v. 14, n. 3, p. 55-82, 2008.
- MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.
- NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. *Venezuela: IV^a y V^a Repúblicas (1958-2006)*. Mérida: Talleres Gráficos Universitarios/ULA, 2006.
- PASQUINO, Guianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto;

MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Guianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2010, v. 2.

PETRAS, James; VELTMAYER, Henry. *Espejismos de la izquierda en América Latina*. México: Lumen México, 2009.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (Orgs.). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Norma, 2005.

ZELIK, Raúl. ¿“Socialismo del siglo XXI” o viejo centralismo estatal? Una lectura dididente de las transformaciones en Venezuela. In: *Fórum: Revista del Departamento de Ciencia Política*, Mendelín, Universidad Nacional, n. 1, p. 13-34, 2011.

Fontes

CHÁVEZ, Hugo. Celebración del VII Aniversario del Gobierno Revolucionario Bolivariano. In: *La unidad latinoamericana*. Bogotá: Océan Sur, 2006.

_____. *Discurso de toma de posesión*. 1999. Disponível em: <www.analitica.com/bitblo/hchavez>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Apresentação del Mensaje Anual del Presidente a la Asamblea Nacional. In: *El golpe fascista contra Venezuela*. Havana: Plaza, 2003.

_____. *Programa de gobierno*. 2000. Disponível em: <www.analitica.com/bitblo/hchavez>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. *Programa de gobierno*. Una revolución democrática. 1998. Disponível em: <www.analitica.com/bitblo/hchavez>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Propuesta del candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista, 2013-2019. 2012. Disponível em: <<http://blog.chavez.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/#.UlwID1Pvco4>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

Recebido em 10 de fevereiro de 2013; aprovado em 19 de junho de 2013.